

# Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal

---

v. 21 – n. 125  
maio/julho 2025

---

Repositório Autorizado de Jurisprudência  
Supremo Tribunal Federal – nº 38/2007  
Superior Tribunal de Justiça – nº 58/2006

Classificação Qualis/Capes: B1

## Editor

Fábio Paixão

## Coordenadores

Carlos Eduardo Adriano Japiassú – Oswaldo Henrique Duek Marques  
Regina Helena Fonseca Fortes-Furtado

## Conselho Editorial

Alice Bianchini – André Vinícius Espírito Santo de Almeida – Aury Lopes Júnior  
Carlos Ernani Constantino – Carolina Alves de Souza Lima – Celso de Magalhães Pinto  
César Barros Leal – Cesar Luiz de Oliveira Janoti – Cezar Roberto Bitencourt  
Claudio Brandão – Édson Luís Baldan – Eduardo Saad Diniz – Elias Mattar Assad  
Eloisa de Souza Arruda – Ester Kosovski – Eugenio Raúl Zaffaroni (Argentina)  
Fernando Capez – Fernando da Costa Tourinho Filho – Fernando de Almeida Pedroso  
Fernando Gentil Gizzi de Almeida Pedroso – Gisele Mendes de Carvalho  
Guilherme de Souza Nucci – Gustavo Octaviano Diniz Junqueira  
Jacinto Nelson de Miranda Coutinho – João Mestieri – José Carlos Teixeira Giorgis  
Luciano de Freitas Santoro – Luiz Flávio Borges D'Urso  
Marco Antonio Marques da Silva – Marcus Alan de Melo Gomes – Michele Cia  
Nadia Espina (Argentina) – Orlando Faccini Neto – Oswaldo Giacoia Júnior  
Paulo Henrique Aranda Fuller – Raúl Cervini – Renato Marcão  
Rômulo de Andrade Moreira – Ryanna Pala Veras – Sergio Demoro Hamilton  
Tiago Caruso Torres – Umberto Luiz Borges D'Urso

## Colaboradores deste Volume

André Pedroso Kasemirski – Christiano Jorge Santos – Emily Leite – Fabia Puglisi  
Fernando Capez – Guilherme Luiz Pereira – Javier Gustavo Fernández Teruelo  
Leopoldo Campos Hasson Sayeg – Lucas Daniel Terra da Fontoura  
Matheus Borges Kauss Vellasco – Nara Luiza Valente  
Renan Matheus Mendes – Ulisses Augusto Pascolati Junior

## © Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal

Publicação bimestral da Editora Magister à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

A responsabilidade quanto aos conceitos emitidos nos artigos publicados é de seus autores.

Artigos podem ser encaminhados para o e-mail: [editorial@editoramagister.com](mailto:editorial@editoramagister.com). Não devolvemos os originais recebidos, publicados ou não.

As íntegras dos acórdãos aqui publicadas correspondem aos seus originais, obtidos junto ao órgão competente do respectivo Tribunal.

Esta publicação conta com distribuição em todo o território nacional.

A editoração eletrônica foi realizada pela Editora Magister, para uma tiragem de 3.100 exemplares.

---

Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal

n. 1 (ago./set. 2004)-.- Porto Alegre: Magister, 2004-

Trimestral. Coordenação: Carlos Eduardo Adriano Japiassú, Oswaldo Henrique Duek Marques e Regina Helena Fonseca Fortes-Furtado.

n. 125 (maio/jul. 2025)

ISSN 1807-3395

1. Direito Penal – Periódico. 2. Direito Processual Penal  
– Periódico.

CDU 343(05)

---

**Ficha catalográfica:** Leandro Augusto dos S. Lima – CRB 10/1273

**Capa:** Apollo 13

## Editora Magister

**Diretor:** Fábio Paixão

Alameda Coelho Neto, 20

Boa Vista – Porto Alegre – RS – 91340-340

# Apresentação

É com grande satisfação que apresentamos a centésima vigésima quinta edição da *Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal*, destinada a contribuir para aperfeiçoar as ciências penais e processuais penais.

Iniciamos a seção de *Doutrina Nacional* com o texto de autoria de Matheus Borges Kauss Vellasco, cujo título é “Direito penal ambiental e justiça restaurativa: uma interseção necessária?”. A pesquisa se apoia em uma hipótese inicial, a ser comprovada: o Direito Penal é inadequado e/ou insuficiente para lidar com casos ambientais complexos? O autor entende válida a premissa de que métodos alternativos de resolução devem ser buscados, despontando a Justiça Restaurativa como potencial candidata.

Seguimos com o estudo intitulado “A insignificância como excludente de culpabilidade *lato sensu* diante da desnecessidade de pena”, escrito por Ulisses Augusto Pascolati Junior. O autor analisa a insignificância de duas maneiras distintas: a primeira, como excludente de tipicidade, sendo esta a insignificância absoluta, e a segunda, como excludente de culpabilidade *lato sensu*, sendo esta a insignificância relativa, objeto do artigo.

Christiano Jorge Santos e Leopoldo Campos Hasson Sayeg participam da edição com a pesquisa “A constitucionalidade da diminuição da maioria penal”. Os autores discorrem se a redução da maioria penal por proposta de emenda constitucional é juridicamente válida, ponderando se a maioria penal é uma cláusula pétrea e, se assim for, qual seria sua extensão.

A revista prossegue com o artigo intitulado “A atuação do Ministério Público na ação penal privada: parte no processo, ou apenas *custos legis*?”. Nara Luiza Valente, Guilherme Luiz Pereira e Lucas Daniel Terra da Fontoura discorrem sobre qual modalidade de intervenção ministerial, nessa categoria de ação penal, está contemplada pelos princípios atuais do direito processual penal. Os autores objetivam expor se a atuação do Ministério Público nas ações penais privadas deve se reservar a de *custos legis*, para meramente fiscalizar a ordem processual, ou se deve se dar como parte no processo, estendendo sua participação sobre o direito material do fato, intervindo no mérito da ação.

Na sequência, temos o estudo apresentado por Fernando Capez e Fabia Puglisi, cujo tema trata sobre “A responsabilidade penal do *compliance officer*”. Nele, os autores discorrem sobre a responsabilidade penal do *compliance officer*, agente responsável pela execução e implementação do programa de *compliance*

dentro da sociedade empresarial, caso sua inércia implique na consumação de um delito.

André Pedroso Kasemirski, Emily Leite e Renan Matheus Mendes se fazem presentes nesta edição com a pesquisa “Desafios na formulação de quesitos ao Tribunal do Júri: entre a técnica jurídica e a compreensão leiga, com enfoque na imparcialidade do julgador”. Os autores investigam especificamente o que diz respeito à melhoria do sistema de formulação de quesitos no Tribunal do Júri, perscrutando se há, de fato, uma justiça acessível e equitativa para todos os envolvidos no processo penal.

Finalizamos a edição com a seção reservada à *Doutrina Estrangeira* com o artigo “Capacidad de respuesta penal frente a los clásicos y nuevos fraudes en los sistemas de banca online: propuestas interpretativas” de autoria de Javier Gustavo Fernández Teruelo. Este trabalho, por meio da análise crítica de mais de 70 sentenças, tenta colocar ordem na situação atual, estabelecendo novos parâmetros interpretativos racionais destinados a determinar a acreditação da intenção do perpetrador e, ao mesmo tempo, a infração penal que deve ser aplicada em cada caso.

Como coordenadores, estamos convencidos da excelência e atualidade dos textos apresentados, cuja leitura será, sem dúvida, de grande interesse para os estudiosos das ciências penais e processuais penais.

*Carlos Eduardo Adriano Japiassú*

*Oswaldo Henrique Duek Marques*

*Regina Helena Fonseca Fortes-Furtado*

# Sumário

## Doutrina

1. Direito Penal Ambiental e Justiça Restaurativa: uma Interseção Necessária?  
*Matheus Borges Kauss Vêllasco* ..... 7
2. A Insignificância como Excludente de Culpabilidade *Lato Sensu* Diante da Desnecessidade de Pena  
*Ulisses Augusto Pascolati Junior* ..... 28
3. A Constitucionalidade da Diminuição da Maioridade Penal  
*Christiano Jorge Santos e Leopoldo Campos Hasson Sayeg* ..... 50
4. A Atuação do Ministério Público na Ação Penal Privada: Parte no Processo, ou Apenas *Custos Legis*?  
*Nara Luiza Valente, Guilherme Luiz Pereira e Lucas Daniel Terra da Fontoura* ..... 70
5. A Responsabilidade Penal do *Compliance Officer*  
*Fernando Capez e Fabia Puglisi* ..... 91
6. Desafios na Formulação de Quesitos ao Tribunal do Júri: Entre a Técnica Jurídica e a Compreensão Leiga, com Enfoque na Imparcialidade do Julgador  
*André Pedroso Kasemirski, Emily Leite e Renan Matheus Mendes* ..... 110

## Doutrina Estrangeira

1. Capacidad de Respuesta Penal Frente a los Clásicos y Nuevos Fraudes en los Sistemas de Banca Online: Propuestas Interpretativas  
*Javier Gustavo Fernández Teruelo* ..... 129

## Jurisprudência

1. Supremo Tribunal Federal – Estelionato Consumado e Tentado. Uso de Documento Falso. Competência da Justiça Federal. Interesse da União. Plausibilidade Jurídica e Possibilidade de Lesão Irreparável. Liminar Referendada  
*Rel. Min. André Mendonça* ..... 164
2. Superior Tribunal de Justiça – Redução à Condição Análoga à de Escravo. Condições Degradantes de Trabalho. Desnecessidade de Restrição à Liberdade de Locomoção. Precedentes. Recurso Provido  
*Rel. Min. Sebastião Reis Júnior* ..... 171
3. Superior Tribunal de Justiça – Estupro de Vulnerável. Pedido de Renovação de Depoimento Especial. Ordem Denegada  
*Rel. Min. Sebastião Reis Júnior* ..... 178

4. Superior Tribunal de Justiça – Furto Qualificado. Dosimetria da Pena. Maus Antecedentes e Reincidência. Múltiplas Condenações Transitadas em Julgado. Possibilidade de Utilização de Condenações Distintas em Fases Diversas da Dosimetria. Inexistência de <i>Bis In Idem</i> . Violação do Art. 59 do Código Penal. Recurso Provido <i>Rel. Min. Sebastião Reis Júnior</i> .....	183
<b>Diretrizes para Submissão de Artigos Doutrinários</b> .....	189